



Trabalho e felicidade na docência do ensino público na sociedade capitalista

Zarah Barbosa Lira

No Ocidente, a atividade laboral, como momento importante da realização do ser social, tornou-se decisivo para a obtenção da felicidade, considerada desde a Grécia antiga como a maior das aspirações humanas e também resultado de uma construção histórica.

A felicidade, segundo apontado por Aristóteles (385 a.C. - 323 a.C.), é o único bem que escolhemos por ele mesmo. Significa dizer que a felicidade é buscada por si mesma e nunca em vista de outros fins, a exemplo da medicina para a qual a finalidade é a saúde; da estratégia, a vitória; da arquitetura, a edificação; ou de qualquer outro bem que sempre terá uma finalidade. Em se tratando da felicidade, ela seria o bem soberano, um fim em si mesmo porque não é caminho para nenhuma outra coisa. Quem não deseja a felicidade? Poucos, em sã consciência, escolherão deliberadamente ser infeliz.

Assim, desde a Grécia antiga a busca da felicidade é considerada a maior das aspirações humanas e a corrente epicurista entende que alcançamos a felicidade no estado de *aponia*, obtido pelo prazer do corpo em descanso, livre da fome, da sede, do calor, do frio; e pelo estado de *ataraxia*, obtido pelo prazer da mente tranquila, livre de grandes preocupações.



coletiva

No entanto, no que tange a felicidade no trabalho, foi o filósofo alemão Karl Marx (1918-1883) que, mesmo não se detendo no conceito da felicidade, tratou do seu oposto, isto é, o sofrimento imposto aos trabalhadores pelas condições de trabalho nas fábricas e a desigualdade social como fruto do modo de produção capitalista.

Para Marx, o trabalho, sob o regime capitalista, adquire um caráter de estranhamento para o trabalhador, deixando de ser meio de realização e felicidade humana para ser mero meio de necessidade para sobrevivência física, tornando-se o trabalho algo que impõe sacrifício e sofrimento às pessoas.

Na mesma ordem de ideias, o criador da psicanálise Sigmund Freud (1856-1939) em seus estudos afirmou que, como caminho para a felicidade, o trabalho não era prezado pelo homem (e a mulher). Isto é, as pessoas não se esforçariam em relação ao trabalho como o fazem em relação a outras possibilidades de felicidade, sendo que, em sua grande maioria, as pessoas só trabalham por necessidade de manutenção da existência física.

Essa necessidade a qual se referem Marx e Freud é a que impede a nossa liberdade. Liberdade de negociar formas de trabalho de maneira a oportunizar domínio do ato laboral.



Cena de *Tempos Modernos* (1936), em que o cineasta mostra os impactos da exploração no trabalho | Reprodução da Internet

Em nome da necessidade de sobrevivência física, num ambiente de mercado de trabalho cada vez mais competitivo e pouco solidário, as pessoas abrem mão de um dos bens mais significativos e relevantes para a felicidade, ou seja, a liberdade. Liberdade anunciada por Epicuro, e tantos outros filósofos, como essencial para se alcançar a felicidade. Liberdade de não depender da tutela ou mesmo da tirania das chefias nos ambientes de trabalho. Liberdade, que no caso da docência, não se encontra nas políticas de valorização docente, que dominam e aprisionam, seduzindo os professores com ganhos financeiros, numa sociedade em que o dinheiro é o ‘Senhor’ mais respeitado.

Dessa forma, pode-se afirmar que a felicidade no trabalho somente é possível por meio da plena realização das potencialidades humanas, expressa por meio do trabalho livre da alienação e subjugado em prol do lucro na sociedade capitalista.



Felicidade e trabalho docente

No que concerne ao trabalho docente, observa-se ainda que as condições precárias de trabalho, bem como sua intensificação, em boa parte decorrente das últimas reformas educacionais, sob os auspícios de organismos internacionais, que trazem subjacentes desregulação, privatização e flexibilização, têm influência negativa na saúde física e psíquica dos professores, resultando em sofrimento, abandono da profissão, falta de comprometimento com o trabalho e o absenteísmo, o que se reflete [na saúde mental, origem da síndrome de *Burnout* que acomete, cada vez mais, os profissionais da educação.](#)

Embora o trabalho docente no ensino público não seja produtor de bens de capital e não esteja diretamente subordinado ao controle do capital, está submetido a ele de forma política e ideológica. Tal submissão decorre do fato de a escola ser uma instituição do Estado capitalista, regendo-se, portanto, pelo pensamento e interesses das classes dominantes.

Nesse contexto, evidencia-se um movimento crescente pela mercantilização e privatização da educação, uma vez que pela ótica da ideologia dominante na sociedade capitalista tudo deve ser revertido em lucro. Com isso, incute-se na população o pensamento de que o Estado não dá conta da educação, fazendo-se necessária a competência da iniciativa privada para assumir essa tarefa. Como consequência as classes dominantes apresentam seus interesses como interesse comum de toda a sociedade.

Nessa direção, numa clara demonstração de apoio à mercantilização e à privatização da educação no Brasil, o atual ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou, durante



o Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos (21/1/2020), [a intenção de apoiar a criação de um megaprograma de vouchers na educação infantil](#). Programa no qual as famílias receberiam recursos financeiros para escolher, na rede privada, onde devem matricular seus filhos.

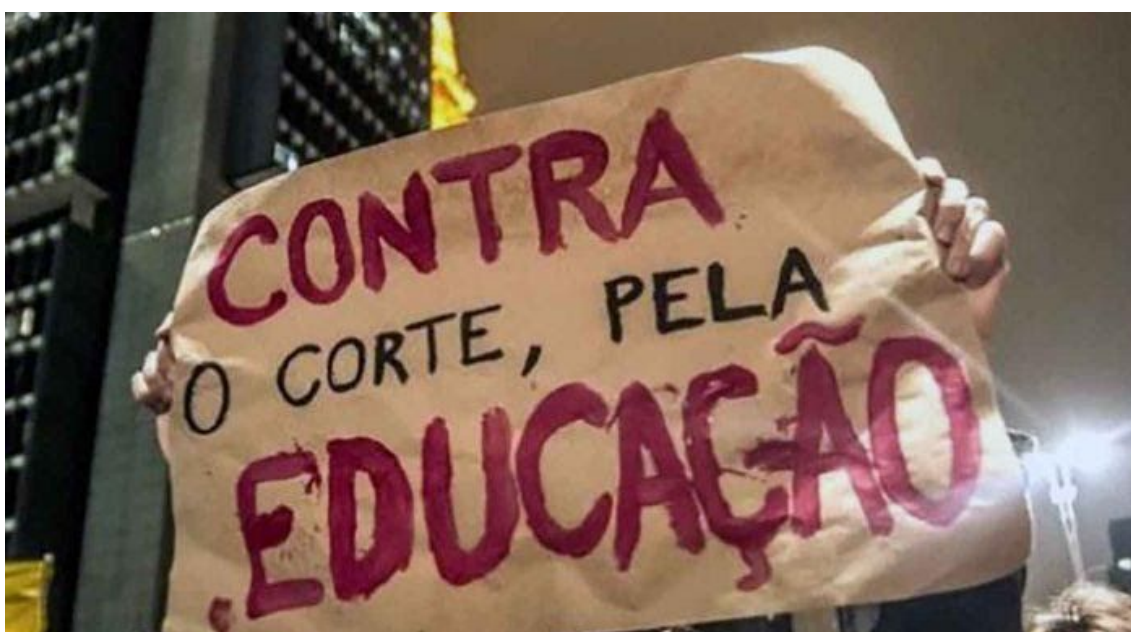
Com isso, na medida em que os pais passem a utilizar o *voucher* na escola que julgar mais adequada para a educação dos seus filhos, a educação básica, majoritariamente pública, tenderá a ser privatizada.

Segundo o pedagogo Roberto Leher, no Chile, país onde os *vouchers* foram introduzidos pelos chamados *Chicago boys* e pelo FMI na época da ditadura comandada pelo general Augusto Pinochet, nos anos de 1970 e 1980, isso gerou enormes desigualdades educacionais, com o sucateamento das escolas públicas e impulsionamento da privatização.

[Leher aponta que a adoção do programa de vouchers no Brasil contemplará as vertentes fundamentalistas das igrejas pentecostais e neopentecostais](#) que, com os *vouchers*, poderão criar suas próprias escolas fundamentalistas; além do esvaziamento dos sindicatos da educação, que, com as escolas assim financiadas, terão professores precarizados e sem sindicalização.



Manifestação em defesa da educação pública gratuita | Reprodução da Internet | CNTE



Manifestação contra cortes de recursos da educação pública | Reprodução da Internet | CNTE

A mercantilização e privatização da educação levam ao empobrecimento do valor do docente no ensino público que passa a ser valorado apenas pelo desempenho dos alunos nos testes estandardizados para obtenção de boa pontuação nos índices educacionais. Desconsidera-se, portanto, o verdadeiro papel social do docente, de



formar cidadãos e cidadãs para que possam desenvolver uma visão crítica de mundo de modo a poder agir e se relacionar na sociedade a partir do que foi construído pelas gerações que os antecederam enfrentando os desafios das condições sociais em contínuo processo de transformação sob as condições históricas vigentes.

Contudo, esse papel da educação, digno de seu preceito histórico, foi pervertido pelos valores da sociedade capitalista que tudo reverte em prol do lucro. Nesse sentido, pudemos ver que a função da educação nessa sociedade, para além da formação para o mercado de trabalho, incute os valores ideológicos do capital sobre a sociedade que os internaliza de forma natural.

Dessa forma, certa doutrinação ideológica, nutrida pela educação na sociedade capitalista, faz com que os indivíduos tendam a aceitar os princípios reprodutivos orientadores dominantes na sociedade de acordo com sua posição na ordem social sob as condições capitalistas.

Claro está, nesses termos, que a educação emancipadora dos potenciais humanos ameaça a hegemonia das classes dominantes, tendo como consequência primeira a diminuição do interesse pela educação pública de qualidade. Tal desinteresse é facilmente identificado nas escolas públicas pela quantidade limitada de recursos destinados à educação, refletida nas precárias condições de trabalho e no desprestígio identificado na profissão docente, sobretudo a partir da hegemonia neoliberal a partir das décadas de 1980 e 1990.

Para além do sofrimento no trabalho docente, entende-se que o não enfrentamento dos problemas existentes nas organizações escolares, os quais são decorrentes, como



se disse, em especial das políticas educacionais implementadas nas últimas décadas no país, tem colocado em xeque a eficácia dessas políticas para a melhoria da educação.



Campanha da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNE) em defesa do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) | Reprodução da Internet | CNE

Dessa forma, a intensificação e precarização do trabalho docente, que podem resultar em sofrimento laboral, são consequências da remoção das proteções sociais nas relações trabalhistas, além do empobrecimento da educação pública. Disto decorre que, além da questão salarial, a liberdade, a justiça, a amizade, o reconhecimento e a



solidariedade no ambiente laboral se constituem em meios para o alcance da felicidade no trabalho.

Tomando como norte as palavras do filósofo Alberto Camus, quando afirma que “sem trabalho, toda a vida apodrece, mas, quando o trabalho é desprovido de alma, a vida sufoca e morre”, entende-se que as intensas e históricas reivindicações pela valorização docente expõem a profunda insatisfação dessa categoria de trabalhadores. [Como consequência, nota-se que esses trabalhadores vêm sendo gradativamente desprestigiados, e até mesmo enfrentando um quadro de constante humilhação, num claro ambiente de sofrimento.](#)

Assim, observa-se ainda que o mal-estar invade os ambientes docentes, trazendo desmotivação e insatisfação, minando projetos individuais e coletivos e pondo em risco as próprias metas educacionais. Nesse sentido, o docente engaja sua subjetividade em um mundo hierarquizado e repleto de constrangimento e dominação.

A ausência de reconhecimento e de valorização no trabalho são queixas recorrentes entre professores. Esse reconhecimento só se dá de forma residual, focado em resultados auferidos pelos índices educacionais, que não são capazes de aferir o trabalho do professor.

Ao oferecer a sua contribuição laboral à sociedade, o docente, assim como qualquer trabalhador, espera uma retribuição que não se resuma apenas à retribuição material, traduzida em salário, embora essa também seja, evidentemente, importante, mas anseia, igualmente, uma retribuição simbólica, traduzida em reconhecimento que



pode transformar o esforço laboral em prazer, sendo esse entendido como uma das dimensões da felicidade no trabalho.

Isso posto, pode-se concluir que não apenas as condições materiais, incluindo salário e estrutura física de trabalho, podem criar condições para uma atividade laboral feliz. O reconhecimento dos esforços desenvolvidos pelos docentes, bem como a valorização do seu trabalho, são elementos que levam a uma condição de satisfação e felicidade no trabalho.

Portanto, faz-se necessário que o Estado e a sociedade reconheçam o valor da docência, contemplando aspectos nas políticas de valorização docente que possam ajudar os professores a tornar mais frequentes, no curso de seus trabalhos, os momentos de felicidade.



AUTORA

Zarah Barbosa Lira é Analista em Ciência e Tecnologia da Fundação Joaquim Nabuco, mestre em Gestão Pública, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e doutora em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tendo como objeto de estudo a relação felicidade e trabalho docente no sistema público de ensino.

COMO CITAR ESTE ARQUIVO

LIRA, Zarah Barbosa. Trabalho e felicidade na docência do ensino público na sociedade capitalista (Artigo). In: **Coletiva**. Publicado em 30 set 2020. Disponível em <https://www.coletiva.org/politica-e-cidadania-n15>. ISSN 2179-1287.